

Constituinte decidirá modelo político

J. França

Além de aprovarem a Nova Constituição brasileira, os constituintes a serem eleitos a 15 de novembro de 1986 terão uma outra missão constitucional: eles vão decidir qual é o modelo político de governo que o Brasil deve ter. Se o regime Presidencialista, como atualmente, ou se Parlamentarista, como querem muitos representantes atuais do Congresso Nacional.

Esta questão está muito clara no artigo 2º do esboço da mensagem de convocação da Constituinte, que o presidente José Sarney apresentou ontem aos líderes da Aliança Democrática, durante a reunião do Conselho Político. Sexta-feira, às 11 horas, no Palácio do Planalto, Sarney assinará a mensagem de convocação da Constituinte e a enviará, em seguida, ao Congresso Nacional.

Oposição

Ontem, Sarney deu uma missão ao ministro Fernando Lyra, da Justiça: coordenar junto aos partidos políticos as sugestões a serem acrescentadas na mensagem presidencial que convocará a Constituinte. Essas sugestões poderão ser apresentadas até amanhã. Também ontem, Lyra entregou o esboço da mensagem aos líderes dos partidos de oposição no Congresso Nacional.

Sarney pediu ainda ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, que coordene os trabalhos de pedido de sugestões junto aos partidos políticos, para a mensagem do governo que vai convocar a Constituinte. Os representantes dos partidos têm o prazo de até amanhã para apresentarem suas propostas.

Comissões

Segundo informaram ontem os líderes do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB) e do PFL na Câmara Federal, José Lourenço (BA), serão criadas várias comissões Constitucionais. A primeira delas, a comissão de alto nível, será presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco.

Também no Congresso Nacional, terá uma comissão, independentemente das comissões que alguns partidos vão criar, como o PFL, segundo informou Lourenço. Essas comissões vão fazer análises de todas as sugestões que serão apresentadas aos Constituintes que comporão a 48ª Legislatura do Congresso Nacional.

Além disso, essa legislatura, que terá poderes Constituintes, será instalada no dia 1º de fevereiro de 1987, sob a coordenação do presidente do Supremo Tribunal Federal, cargo pelo qual responde, atualmente, o ministro Moreira Alves. Os congressistas a serem empossados nesta data serão os responsáveis pela aprovação do texto final da nova Constituição brasileira.

PFL vai orientar eleitor

O Partido da Frente Liberal vai começar a traçar, desde já, o perfil de ideias que irá defender durante a Constituinte, e para isso criou ontem um grupo de trabalho, por proposta do deputado Lúcio Alcântara — diretor executivo do Instituto Tancredo Neves de Pesquisas, que funcionará sob a coordenação do ex-deputado Laerte Vieira. O objetivo básico, segundo definiu ontem o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, é fazer com que o eleitor, ao votar num constituinte filiado ao partido, saiba o que ele vai defender durante a Assembleia, tendo portanto a segurança de que essas ideias estarão em harmonia com o programa da sigla.

Ele admitiu que o trabalho poderá avançar até a elaboração de um esboço ou proposta de nova Constituição, que poderia até ser oferecido como contribuição à Comissão Constitucional criada pelo governo para fazer um "anteprojeto".

Embora os temas não estejam definidos e até mesmo a quantidade de integrantes e os nomes ainda dependam de discussão entre Lúcio Alcântara e Laerte Vieira, é consequência praticamente natural que o grupo de trabalho do PFL ofereça sugestões relativas à adoção do Parlamentarismo para o Brasil.

PDT critica ato de convocação

O ato convocatório da Câmara e Senado, para se reunirem em Assembleia Nacional Constituinte a 1º de fevereiro de 1987 foi objeto, ontem, de reparos de parte do líder do PDT na Câmara, deputado Nadyr Rossetti, segundo o qual o que o preocupa não é a convocação em si, mas os atos preparatórios, pois, no seu entender, não haverá Constituinte digna e soberana sem a extinção de leis de Imprensa, de Segurança Nacional e de Greve.

Para Rossetti, também a lei de acesso aos meios de comunicação deve ser igualitária para todos os partidos. Igualmente devem ser criados instrumentos com que os partidos possam se defender do poder econômico que já se anuncia, bem como do capital estrangeiro.

O líder trabalhista/socialista insiste na eleição para presidente da República em 1986.

«Como o ato convocatório, que agora anunciam, preconiza eleição em 1986 dos parlamentares que se transformarão em constituintes, simultaneamente com a de governador, não vejo como não fazer a principal eleição, que é a de presidente da República, naquela mesma ocasião».

Poder econômico

O senador Humberto Lucena (PB), líder do PMDB e do governo no Senado, e o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara, não acreditam que o poder econômico vá influir na eleição dos 536 congressistas Constituintes, que serão eleitos em 15 de novembro de 1986, com poderes para aprovar o texto final da nova Constituição brasileira.

Lucena e Lourenço afirmaram que, para evitar a influência do poder econômico na compra de votos, na Constituinte, a imprensa tem um papel de fundamental importância, ao esclarecer bem o eleitorado, para que vote apenas segundo a sua consciência. Mas eles não descartam, por outro lado, a hipótese da compra de votos.

Para a Câmara Federal serão eleitos em 86, ao todo, 487 novos deputados. Existem atualmente 479 deputados. Adiciona-se os oito deputados federais que Brasília vai eleger ano que vem. No Senado, existem atualmente 69 vagas. Destas, subtrai-se os 23 senadores cujos mandatos vão até 1990. E adiciona-se mais três senadores que serão eleitos por Brasília.

Prestes

O ex-senador constituinte de 1946 Luiz Carlos Prestes, ex-secretário-geral do PCB — Partido Comunista Brasileiro, poderá visitar o Palácio do Planalto, pela primeira vez, nesta sexta-feira, a convite do presidente José Sarney. O presidente está convidando todos os ex-constituintes de 46 para a solenidade na qual assinará a mensagem que convoca a Constituinte em 86.

Também foram convidados o atual secretário-geral do PC do B — Partido Comunista do Brasil, ex-constituinte de 46, João Amazonas. O Cerimonial do Palácio do Planalto convidou ainda os escritores Jorge Amado — que eleger-se deputado Constituinte por São Paulo, pelo PC — e Gilberto Freyre.

Na lista de convidados pelo presidente Sarney figuram ainda, entre outros, os nomes dos juristas Afonso Arinos — que vai presidir a comissão de alto nível — e Sobral Pinto. Dos constituintes de 46, consta ainda o nome do atual ministro da Administração, Aloísio Alves.

Ontem, o secretário de Imprensa do presidente, Fernando César, afirmou que a maior dificuldade que o Cerimonial do Planalto está encontrando, é localizar os ex-constituintes de 46 para estarem em Brasília sexta-feira, às 11 horas da manhã, quando será realizada a solenidade de assinatura da mensagem, que contará ainda com a participação dos líderes políticos do Congresso Nacional e de todos os ministros de Estado.



Sarney, em reunião com o Conselho Político, aprovou esboço de convocação da Constituinte

Righi diz que Sarney expõe seu mandato

Revoltado, dizendo-se mais do que magoado, o deputado Gastone Righi (PTB-SP), previu ontem sérios problemas para o governo aprovar no Congresso a proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. "Sarney está expondo seu mandato. Vão emendar esta proposta pedindo diretas para presidente em 86" ele leu ontem o esboço da proposta governamental e prometeu para hoje uma nota oficial.

Gastone Righi criticou principalmente o termo "com suprema autoridade", do artigo quarto. "Isso parece até coisa de ato institucional", disse. "Nem o Papa usa mais estes termos". Em seguida, acusou o ministro da Justiça, Fernando Lyra, pela proposta do governo.

O líder do PTB chegou a prever que a proposta governamental enfrentará muitos problemas no Congresso, pois sua emenda está assinada por 2/3 do Congresso, inclusive vários ministros do atual governo que na época eram congressistas, entre eles Fernando Lyra, Carlos Sant'Anna, Pedro Simon. "Só não assinaram Ulysses Guimarães e José Sarney porque eram presidentes de partido". Na sua opinião, o governo será contestado pelo Congresso e criará "um clima de insegurança interna, podendo criar problemas externos para o Brasil".

Projeto do Governo

Art. 1º — Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições Constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art. 2º — A Assembleia Nacional Constituinte não se aplicam as limitações do art. 47, § 1º da Constituição Federal.

Art. 3º — O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembleia Nacional Constituinte e dirigirá, com suprema autoridade, a eleição do seu Presidente.

Art. 4º — O projeto de Constituição deverá ser promulgado no curso da primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura, depois de aprovado, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.

Projeto Gastone Righi

Art. 1º Os Congressistas eleitos em 1986 e os Senadores cujos mandatos estejam em vigência durante a sessão legislativa seguinte constituir-se-ão em Assembleia Nacional Constituinte, com poderes especiais para elaborar uma nova Constituição.

Art. 2º Será vedada qualquer proposta ou deliberação tendente a abolir a Federação ou a República.

Art. 3º A Assembleia Nacional Constituinte, formando um único colégio deliberativo, sob a presidência da Mesa Diretora especialmente eleita para este fim, exercerá seus poderes durante a primeira sessão legislativa ordinária da 48ª Legislatura (1987-1991), acumulando as competências e atribuições do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Concluídas as funções da Assembleia Nacional Constituinte, com a aprovação do texto final da nova Constituição, reinstalar-se-ão, em 1º de fevereiro

de 1988, separadamente, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, na forma dos seus regimentos internos, se de modo diverso não tiver sido disposto em novo texto constitucional.

Art. 4º A Mesa Diretora, que terá a mesma composição de cargos da atual Mesa do Senado Federal, editará um Regimento Interno, disciplinando os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e designará os membros das Comissões Técnicas a que as propostas deverão ser submetidas.

Art. 5º A votação das propostas dar-se-á em dois turnos, com a presença da maioria dos constituintes, considerando-se aprovadas as que obtiverem votos da maioria absoluta dos presentes em ambas as votações.

Art. 6º O disposto nos itens I e II do § 2º do art. 152 do texto constitucional vigente não se aplica às eleições de 15 de novembro de 1986.

Artigo 2º gera questionamento

Um dos pontos mais questionados do ato de convocação é o seu artigo 2º, quando declara que «A Assembleia Constituinte não se aplicam as limitações do art. 47, parágrafo 1º da Constituição». O artigo em questão, preserva a República e a Constituição. O senador Itamar Franco lembra que no artigo primeiro do ato de convocação se declara que Câmara e Senado se reunirão em Assembleia Nacional Constituinte, «livre e soberana». «Se ela é livre e soberana, por que as limitações?» perguntam, em pontos distintos do Congresso, o senador Itamar Franco e o deputado Prisco Viana, este líder do PDS.

Um dos líderes da Aliança Democrática, interpretando os termos do ato de convocação, observa que a Constituinte é um ato de ruptura institucional. No seu entender, quem se der ao trabalho de ler atentamente o ato de convocação, preparado pelo Palácio do Planalto, haverá de concluir que no caso se trata de delegar poderes constituintes à Câmara e ao Senado para preparar o texto de uma nova Carta Constitucional para o País. Tanto assim que os senadores eleitos, em 82, estão incluídos na Constituinte.

Durante a reunião de ontem, dos membros do Conselho Político do governo com o presidente Sarney, o senador Humberto Lucena fez objeções ao artigo primeiro do projeto de emenda constitucional, propondo que ali se declarasse expressamente o propósito de convocar a Constituinte. Foi-lhe explicado que se assim fosse feito os senadores eleitos em 82 estariam excluídos da Constituinte. Além disso, durante os últimos dias os senadores eleitos em 82, depois de sucessivas reuniões, haviam advertido o Palácio do Planalto que votariam contra a aprovação do ato de convocação da Constituinte, se não fossem nela incluídos.

Ainda na reunião do Conselho Político com o presidente Sarney, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Congresso, sugeriu que se alterasse o artigo 3º, quando ele faz referência ao fato de que o presidente do Supremo Tribunal Federal dirigirá com suprema autoridade, a eleição da Constituinte. Desejava o líder do governo que se substituísse a expressão «suprema autoridade» por «plena autoridade». Mas arguiu-se em resposta a Fernando Henrique que «suprema autoridade» tinha o objetivo de dar ao presidente do Supremo, no ato de instalação da Constituição, todos os poderes para resolver as diversas questões de ordem que venham a ser ali suscitadas.